

**THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS**

**ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR**

**GILBERTO GOMES CÂNDIDO**

**Organizadores**

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA  
DIGITAL**



**BELÉM, PA  
2019**

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

### **Comissão Organizadora**

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)  
Robero Lopes dos Santos Jr  
Gilberto Gomes Cândido

### **Presidente da Comissão Científica**

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

### **Conselho Editorial/Comissão Científica**

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

**Coordenação Editorial:** Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

**Capa:** Máira Fernandes Alencar

**Revisão textual:** os autores

---

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital  
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.  
324: il.

Livro eletrônico.  
978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

---

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

# Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal

*Unexpected, but possible: a diplomatic approach to newspaper clippings*

**José Francisco Guelfi Campos**

Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Ciência da Informação. Av. Antônio Carlos, 6627, Gabinete B-4026, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.270-901. [jfgcampos@eci.ufmg.br](mailto:jfgcampos@eci.ufmg.br).

## Resumo

A presença de recortes de jornal em arquivos impõe ao arquivista uma série de desafios de ordem prática e intelectual, relacionados à conservação preventiva, ao arranjo, à descrição e à representação das séries documentais nos instrumentos de pesquisa. Neste trabalho, discutimos a condição arquivística dos recortes de jornal, defendendo o reconhecimento dos atributos funcionais que podem ostentar quando integram um fundo e seu tratamento fundamentado no contexto de acumulação e na adequada identificação das espécies documentais pelas quais podem ser nomeados. Com base nos resultados de pesquisa recém-concluída, exploramos a aplicação do corpo de conceitos da diplomática geral para identificar e definir as espécies documentais derivadas das diferentes modalidades do relato jornalístico encontradas nos arquivos sob o formato de recortes. O estudo, que resultou na validação de uma diplomática especial construída por meio do cruzamento de conceitos e noções da arquivologia, da diplomática e das ciências da comunicação e da linguagem, deu origem também a um glossário ilustrado de espécies documentais.

**Palavras-chave:** Recortes de jornal, Diplomática, Tipologia documental; Glossário.

## Abstract

The existence of newspaper clippings in the archives challenges archivists in both practical and intellectual ways, especially when it comes to preventive conservation, arrangement, description, and representation of the series in finding aids. In this paper, the archival status of newspaper clippings is discussed in order to defend the recognition of the functional attributes they can reveal when they are part of a *fonds*, as well as their treatment oriented by the context of accumulation and the identification of the terms by which the documents can be named. Based on the results of a recently completed research, the validity of the body of concepts of general diplomatics is examined in its application to different products of journalistic writing found in the archives under the format of clippings or fragments. Besides the validation of a special diplomatics built by the crossing of concepts and notions from diplomatics, archival studies, communication, and language sciences, the study resulted in an illustrated glossary of document forms.

**Keywords:** Newspaper clippings; Diplomatics; Contemporary Diplomatics; Glossary.

Quem trabalha com arquivos provavelmente já se deparou com conjuntos – às vezes assustadoramente extensos – daquilo a que se denomina, genericamente, recortes de jornal. Para além do volume, outras questões mais capciosas impõem dilemas para os quais é difícil encontrar solução: como acondicioná-los de modo a preservá-los em longo prazo e resguardar o restante do acervo da acidez que deles se irradia? Como descrevê-los, sem ceder a denominações imprecisas no momento de reconhecer as espécies documentais? Como traçar o elo entre o material aparentemente fragmentário e as razões que determinaram sua acumulação, sem ceder a artificios classificatórios genéricos? No limite, é possível destinar aos recortes de jornal um tratamento calcado nos princípios que norteiam o quefazer arquivístico, isto é, seria possível reconhecê-los como documentos de arquivo?

Neste trabalho, pretendemos abordar parte destes desafios à luz dos resultados obtidos em pesquisa de doutorado recentemente concluída (CAMPOS, 2018). Tendo em vista que os chamados recortes de jornal se manifestam tanto em arquivos de natureza institucional

quanto naqueles acumulados por indivíduos, procurou-se reafirmar sua condição instrumental pela via de sua correspondência às atividades e aos eventos dos quais constituem prova ou subproduto, elemento suficiente, quando balizado pela observância estrita ao princípio da proveniência, para conferir-lhes um lugar lógico na estrutura orgânica dos arquivos em que se encontram, para, então, abordá-los pelo prisma do reconhecimento das espécies documentais capazes de nomeá-los e dotá-los de identidade, marcando, assim, as especificidades das diversas modalidades do relato jornalístico que podem ser encontradas, nos arquivos, sob o formato de recorte. Para tanto, foi necessário operar na intersecção de conceitos e noções próprios da arquivística, da diplomática, da editoração e das ciências da comunicação e da linguagem, num exercício essencialmente interdisciplinar que resultou, de um lado, na concepção de uma diplomática especial caracterizada pela expansão do objeto material desta disciplina e, por outro, em glossário ilustrado composto pela definição de 88 espécies documentais.

## 1 Recortes de jornal: documentos de arquivo?

Não espanta que muitos profissionais de arquivo cheguem mesmo a rotular os recortes de jornal como uma “praga” ou um “pesadelo”. Sob qualquer aspecto, o jornal não é feito para durar. No que diz respeito à materialidade do suporte, a baixa qualidade e a elevada acidez do papel parecem condená-lo à incontornável autodestruição; do ponto de vista do conteúdo, os dados nele registrados também têm prazo de validade determinado, dado que o jornalismo se desenvolve sob a égide da atualidade, da instantaneidade. Não à toa os estudiosos de língua inglesa tomaram de empréstimo o termo grego *ephemera* para designar os recortes de jornal, definindo-os como documentos que “carregam informação gráfica ou textual destinada a sobreviver apenas pela duração de um evento” (OTT; TUCKER; BUCKLER, 2006, p. 18, trad. nossa).

Se a presença dos recortes de jornal nos arquivos é fato incontestável, vale observar, como o fez Camargo (2009, p. 29-30), que eles constituem, a bem da verdade, material tão pouco apreciado que não raro chegam a ser rejeitados sob o argumento de que os dados neles registrados podem ser encontrados e recuperados nas hemerotecas (físicas ou digitais) e nos centros de documentação das empresas jornalísticas [1]. Tal argumento, frágil em sua essência, desconsidera o fato de que nestes espaços, os jornais e, eventualmente, os recortes extraem seu valor tão somente de seu conteúdo, submetidos a tratamento orientado exclusivamente pelo enfoque sobre a “informação” neles veiculada.

Quando fazem parte de um arquivo, no entanto, os recortes revestem outra dimensão de sentido, dependente dos atributos funcionais determinados pelo contexto de acumulação e uso. Adquirem, portanto, um lugar lógico no complexo de atividades, eventos e esferas de ação que justificam a sedimentação do fundo, articulando-se de maneira orgânica ao conjunto documental para compor, junto dos demais documentos, um testemunho da trajetória e dos interesses da entidade que os acumulou. Se, no âmbito das instituições, os recortes podem muito bem constituir material de apoio para sondagens, pesquisas preliminares ou mesmo para o acompanhamento da repercussão da imagem corporativa, é raro que excedam a condição de subsídios para a elaboração de arazoados, pareceres, projeções e outros documentos a serem preservados em caráter permanente. Nos arquivos pessoais, entretanto, raro é não se deparar com conjuntos de recortes à espera de que alguém reconheça sua condição instrumental [2].

Como bem notou Marie-Anne Chabin (1999, p. 67-69), nos arquivos se encontram tanto documentos arquivísticos “de nascença” (dotados de evidente caráter instrumental que os habilita a viabilizar atividades rotineiras) quanto documentos arquivísticos “de batismo”, que, a despeito de serem destituídos de estatuto probatório congênito, não deixam de constituir

vestígios ou testemunhos do passado. Se é bem verdade que, por natureza, os recortes de jornal não deveriam ser considerados documentos arquivísticos, haja vista que não são meios credíveis para a materialização de fatos juridicamente relevantes, não se prestam a provar ações ou garantir direitos e nem são eivados da força necessária para criar, modificar ou extinguir situações no interior de um sistema jurídico [3], o fato de terem sido acumulados e preservados para uso posterior, à guisa de subsídios para ação ou como material de referência, faz com que sejam guindados à condição de documentos de arquivo. A relação orgânica de que passam a desfrutar com relação aos demais documentos do fundo em que se encontram lhes confere potencial informativo que supera o conteúdo neles consignado, credenciando-os, de um lado, como fontes relevantes para a pesquisa e, por outro, como documentos passíveis de tratamento arquivístico.

## 2 O império da imprecisão

Reconhecer os recortes de jornal como documentos passíveis de tratamento arquivístico implica duplo desafio. De um lado, impõe-se o dever de contextualizá-los a partir de categorias que revelem os seus atributos funcionais, ou seja, identificar o lugar que ocupam no complexo de atividades, eventos e áreas de ação da entidade acumuladora. De outro, é preciso nomeá-los adequadamente, reconhecendo espécies e tipos documentais. Estas duas operações (apenas aparentemente triviais) são indispensáveis para compreender o lugar lógico dos documentos no interior do fundo, fixando sua posição no quadro de arranjo, e para reunir os itens documentais em séries nos instrumentos descritivos [4].

Não é preciso muito esforço para constatar que os recortes de jornal constituem um “corpo estranho” nos arquivos. A consulta a alguns exemplares de instrumentos de pesquisa revela todo um leque de imprecisões teóricas, conceituais e terminológicas, algumas das quais vale a pena examinar.

No que tange aos quadros de arranjo, os recortes geralmente ocupam posição apartada, como se constituíssem conjunto autônomo, sem relação, portanto, com os demais grupos ou séries em que se divide o arquivo [5]. Não raro, toma-se como parâmetro a técnica de registro para reuni-los no grupo dos chamados “documentos impressos”. Também o fato de não terem sido originalmente produzidos pelo titular do arquivo justifica, inadvertidamente, sua inclusão na rubrica genérica “produção intelectual de terceiros”. Quando a opção é por manter, no arranjo, a ordenação dada pelo titular do arquivo aos seus documentos, os recortes podem figurar, naturalmente, em mais de um lugar na estrutura do fundo, como se vê no inventário do arquivo de Nelson Coelho de Senna, em que “em obediência a um procedimento do titular, ao final de

cada série foram agrupados os recortes de jornal cujos conteúdos se equivalem.” (ARQUIVO..., 2000, p. 21).

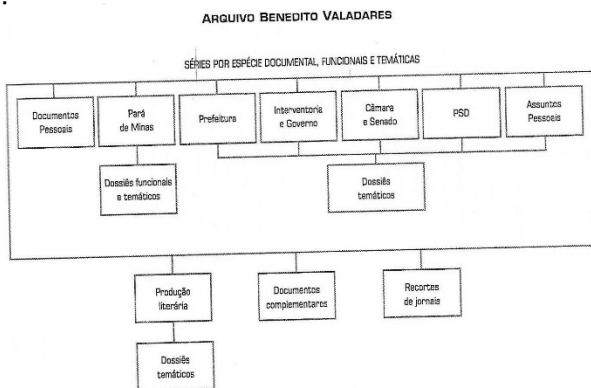


Figura 1. Quadro de arranjo do fundo Benedito Valadares (CPDOC-FGV), em que a série “recortes de jornal” figura isolada, posicionada após a série “documentos complementares” (CENTRO..., 1998, p. 18)

Estes exemplos ilustram, cada qual à sua maneira, tentativas – nem sempre bem-sucedidas – de representar a posição dos recortes no interior dos fundos em que se encontram. Evidentemente, a definição do lugar lógico dos documentos na estrutura do fundo depende do estudo minucioso da proveniência, tendo em vista a compreensão daquilo que os arquivos têm de mais específico e característico: o circuito fechado que se estabelece entre os itens documentais e as atividades rotineiras ou os eventos esporádicos que motivaram sua produção e acumulação. Esta qualidade singular e própria dos arquivos desqualifica, *ab initio*, qualquer artifício classificatório que resulte na formação de grupos ou séries orientados por elementos exteriores à funcionalidade dos documentos (suporte, formato, técnica de registro).

A controvérsia não se esgota aí. Quando se passa do arranjo para a descrição, afloram problemas de outra natureza. Trata-se da maneira de “nomear” os documentos, que perpassa o entendimento e o reconhecimento das espécies e tipos documentais. Não tem sido incomum observar, quando estão em jogo os recortes de jornal, a adoção de estratégias incongruentes, não raro orientadas pelo conjunto de elementos que compõem a referência bibliográfica, como se a autoria, o título e a data de publicação dessem conta de substituir a denominação dos documentos pela espécie ou, pior, induzir a compreensão do conteúdo, do potencial informativo ou mesmo dos atributos funcionais que garantem o real sentido dos documentos em um arquivo.



Figura 2. Descrição dos itens da série “recortes de jornais” do arquivo de Cyro dos Anjos, orientada pelas normas de redação de referência bibliográfica (ACERVO..., s.d.)

Outros exemplos revelam a tentativa de identificar os fragmentos extraídos de jornais a partir de termos genéricos – “recorte”, “texto”, “matéria” –, não raro acompanhados de resumos do conteúdo ou do “assunto”. É bem verdade que as instituições arquivísticas nem sempre se orientam por um critério único e exclusivo para descrever os recortes de jornal, situação que leva forçosamente a discrepâncias muitas vezes marcantes entre os instrumentos de pesquisa e que se explica, vale observar, por fatores diversos, entre os quais a distância temporal que separa o tratamento dos fundos ou mesmo das etapas pelas quais se desenvolve o processamento técnico de um mesmo arquivo, a rotatividade de pessoal nas equipes de trabalho, as limitações impostas pelos prazos para conclusão dos trabalhos e pelos desníveis de formação dos profissionais envolvidos, além do entendimento que se faça, em diferentes circunstâncias, do sentido da acumulação dos documentos.

A adoção de termos amplos e demasiadamente genéricos para qualificar certas parcelas dos arquivos não é exclusividade dos chamados recortes de jornal. Expressões como “documentos pessoais” e “correspondência” têm sido largamente empregados para descrever conjuntos de documentos que, apesar de diferentes entre si, parecem ostentar natureza supostamente semelhante. Tal artifício, no entanto, revela-se armadilha perigosa, dado que induz ao obscurecimento toda uma gama de espécies e tipos documentais que se manifestam na esfera da identificação civil, dos atos de relação e no universo das matérias publicadas na imprensa diária. Em que pese ao fato de tais documentos guardarem certa afinidade no que diz respeito aos suportes, aos formatos e até mesmo à funcionalidade, cumpre observar que são dotados de estruturas formais e semânticas próprias, além de outras típicas que lhes conferem identidade e os tornam, portanto, diferentes entre si.

Convém reconhecer que o recurso tão frequente a estratégias e subterfúgios classificatórios e descritivos, que se traduz no uso de termos imprecisos

para substituir as espécies e tipos documentais, chega mesmo a configurar procedimento “antiarquivístico”, na medida em que seus efeitos – vale reiterá-los: obscurecimento do potencial informativo das séries, marginalização de determinadas fatias do arquivo e destituição da identidade de certos documentos – vão na direção justamente oposta daquilo que pregou renomada arquivista alemã quando definiu a arquivística como “ciência dos contextos e relações” (MENNE-HARITZ, 1998).

### 3 A diplomática e os recortes de jornal

Os desafios da descrição documental, sobretudo no que tange à fixação das espécies e tipos documentais, manifestam-se independentemente da natureza institucional ou pessoal dos arquivos. No entanto, vale reconhecer que os arquivos pessoais – e é neles em que vamos encontrar maior volume de recortes de jornal – podem oferecer um grau de dificuldade acentuado, justamente porque costumam reunir grande quantidade de documentos produzidos sem o rigor que caracteriza a gênese documental no âmbito da administração e dos fatos juridicamente relevantes.

Como bem notou o professor Manuel Vázquez (1987, p. 181-182), assim como não existem “homens” em abstrato, e sim homens e mulheres, não há “documentos” em abstrato, mas *tipos documentais*. Neste sentido, como reconhecer e definir as espécies e tipos documentais obscuramente nomeadas como “recortes de jornal”?

Fomos buscar na Diplomática os subsídios para a empreitada de identificar e caracterizar as espécies que geralmente se apresentam nos arquivos sob o formato de recortes. Foi preciso, no entanto, recorrer aos aportes de outras áreas do conhecimento, como as ciências da comunicação, a linguística, a teoria do jornalismo e às técnicas de editoração, esforço que resultou na articulação, combinação e transposição de conceitos e noções próprios de cada campo disciplinar, sem perder de vista a orientação arquivística de nosso estudo.

#### 3.1 A diplomática ontem e hoje

Surgida no século XVII, a diplomática se ocupou, tradicionalmente da verificação da autenticidade dos chamados “documentos diplomáticos”, isto é, aqueles que resultam de um fato de natureza jurídica, revestidos de uma estrutura determinada que condiz com seu conteúdo jurídico e lhes confere fê pública e valor probatório (TOGNOLI, 2014, p. 63). Justificada, em seu nascedouro, pela aplicabilidade prático-jurídica, a diplomática se afirmou, no século XIX, na condição de disciplina auxiliar da história. Contudo, as transformações no campo dos estudos históricos, com a emergência de uma “nova erudição” calcada na

renovação da crítica documental (LE GOFF, 2011) e o alargamento do conceito de fonte para os historiadores, abalaram a primazia do documento escrito como matéria-prima para o estudo e a interpretação do passado.

Em meados do século XX, vozes como as de Heinrich von Fichtenau, Georges Tessier e Robert-Henri Bautier [6] começaram a denunciar certa inquietação em relação às limitações do objeto material e da própria finalidade da diplomática. A literatura especializada tem reiterado, quase que unanimemente, a existência de uma “crise de esgotamento” da disciplina, examinando seus efeitos na ampliação da esfera de atuação dos estudos diplomáticos, embora exista quem, na contramão, procure reafirmar seu caráter histórico, filológico e essencialmente medievalista (GHIGNOLI, 2007, p. 908). Imaginária ou não, a crise de identidade ou de esgotamento fez com que a diplomática, no afã de conquistar sua independência em relação à história, acabasse por se aproximar de outro campo do saber: a arquivística.

Vale a pena insistir em apontar a necessidade de matizar a relação entre estas duas disciplinas, tendo em mente que o contato entre elas não foi (e arriscamos dizer que ainda não é) fácil ou pacífico, restando muito por estudar no que diz respeito aos pontos de conflito e dos debates construtivos que culminaram nos movimentos de aproximação iniciados na década de 1960, como bem alerta a arquivista italiana Paola Carucci (2006, p. 19).

De uma forma ou de outra, fato é que, ao longo da segunda metade do século XX, o corpo de conhecimentos e procedimentos estabelecido pela diplomática vai ganhando novas aplicações, delineando um campo de estudos que, em que pese ao seu surgimento relativamente recente, vem sendo bastante explorado e oferece terreno fértil para novas investidas e desdobramentos. Trata-se da tipologia documental, também chamada diplomática contemporânea ou diplomática arquivística, que consiste, no dizer de Bellotto (2008, p. 7), na “ampliação da diplomática em direção da gênese documental”. Para Carucci, se o objeto formal da diplomática é o estudo da gênese e da forma dos documentos e o da arquivística é o processo de formação dos arquivos e da tradição de cada entidade produtora, “o estudo de cada fundo implica necessariamente a análise diplomática dos documentos que os compõem” (CARUCCI, 2006, p. 20-21, trad. nossa).

Se o objeto material da diplomática tradicional é o documento pelo documento, isto é, a peça isolada, a tipologia documental procura observar os documentos “enquanto componentes de conjuntos orgânicos”, perseguindo sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade que os produz e/ou acumula, sem prescindir, no entanto, da análise atenta da configuração interna e externa dos

documentos e do estudo jurídico de suas partes e de seus caracteres (BELLOTTO, 2008, p. 7).

Justamente por não abrir mão de examinar os elementos intrínsecos e as feições externas dos documentos, o estudo tipológico permite – para além de captar os documentos em seu meio genético – reconhecer as estruturas formais típicas e as fórmulas estereotipadas que conformam e introduzem o conteúdo tópico e circunstancial de cada documento, subsidiando, assim, a identificação, a caracterização e a definição das espécies documentais.

Ao aproximar-se da arquivística, a diplomática revisitou, forçosamente, o seu objeto material, superando o documento diplomático para concentrar-se no “documento escrito”, sem que isso significasse, no entanto, sua restrição ao gênero textual. Segundo Luciana Duranti (1989, p. 15, trad. nossa), o atributo “escrito”, em diplomática, deve ser entendido nos termos da “expressão de ideias numa forma objetivada (documentária) e sintática (orientada por regras de disposição).” Em seu entendimento, tais documentos interessam à diplomática na medida em que têm seu conteúdo organizado em torno de regras de representação que provam, em primeiro lugar, a intenção de transmitir informação.

Bruno Delmas, por seu turno, foi além. Partindo da definição clássica do conceito de documento, reitera a multiplicidade de suportes e gêneros que, atualmente, caracterizam os documentos de arquivo. Do papel aos cartões com *chip*, dos documentos analógicos aos digitais, passando pelos objetos, a natureza de todos eles converge para o fato de que são “instrumentos e produtos de uma ação, conservados a título de prova e testemunho” (DELMAS, 2010, p. 130).

### 3.2 Arquivos pessoais e documentos “inusitados”

Apesar dos diversos estudos que demonstram a versatilidade do estudo da tipologia documental e a extensão de seu objeto material (do documento diplomático ao documento de arquivo, do documento de arquivo à informação orgânica), comprovando sua utilidade como ferramenta na consecução das funções arquivísticas, cumpre observar que, não obstante a aplicação do método diplomático a uma gama cada vez mais ampla de documentos, o objeto da disciplina não superou o “documento institucional”, como o define Delmas (2010), originado no seio das rotinas administrativas e quase sempre derivado de fatos juridicamente relevantes. Estariam, assim, os arquivos pessoais – repletos de documentos cuja produção escapa à obrigação legal e aos ditames do direito, eivados, portanto, de formas discricionárias que se traduzem em estruturas inusitadas – fora do escopo das preocupações da diplomática?

Delmas (2010), em seu “Manifesto por uma diplomática contemporânea”, reconheceu a correspondência existente entre a metodologia diplomática e os mecanismos de funcionamento de sofisticados sistemas de coleta automatizada de dados. Durante, por sua vez, à frente das sucessivas etapas do Projeto InterPARES, vem agora se ocupando dos padrões de confiabilidade de dados disponibilizados na Internet. Outros trabalhos procuraram sondar o potencial da diplomática para o tratamento temático da informação em bibliotecas e em diferentes contextos tecnológicos e informacionais (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009). Documentos derivados de fatos juridicamente irrelevantes ou de caráter essencialmente técnico, como manuais de instruções e bulas de remédio, também já figuraram como objeto de pesquisas eivadas de viés diplomático.

Diante de um quadro tão multifacetado, convém, então, questionar: o que, de fato, impede de proceder ao estudo tipológico dos documentos acumulados ao longo da vida dos indivíduos, dotados, a despeito de suas peculiaridades formais, de atributos funcionais identificáveis?

Embora trabalhe com documentos originados por força dos imperativos administrativos, Duranti defende a possibilidade de aplicação dos métodos e princípios da diplomática aos “documentos que expressam emoções e pensamentos”, criados no âmbito da intimidade, uma vez que “os hábitos sociais e rotinas tendem a penetrar todos os aspectos da vida humana” (DURANTI, 1989, p. 15, trad. nossa). Neste sentido, os usos e costumes sociais, as normas de etiqueta e as regras de conduta e convívio em sociedade desempenham não apenas um papel fundamental no controle das ações cotidianas dos indivíduos como também chegam, em alguma medida, a determinar a forma com que estas ações são transpostas para o meio escrito.

Neste sentido, convém chamar a atenção para o artigo seminal de Ana Maria Camargo (1998), em que submete uma participação de casamento, revestida das feições de um pequeno livro de poesia, à análise de seus caracteres internos e externos para demonstrar a manifestação de fórmulas estereotipadas por meio das quais é possível identificar o vínculo entre o documento e a ação a que se destina. Em face das peculiaridades típicas dos arquivos pessoais, aponta a autora que a abordagem dos documentos que os compõem depende, em larga medida, da identificação e do exame dos usos, costumes e códigos sociais (em função do tempo e do espaço em que se inserem) que, representados em fórmulas, conferem aos documentos, mesmo àqueles mais inusitados, características comuns capazes de aproximá-los no que diz respeito aos seus atributos funcionais e, conseqüentemente, aproximá-los no plano da tipologia documental.

Ao ocupar-se do estudo das estruturas física e intelectual dos documentos, a diplomática, com seu corpo de



conhecimentos renovados, pode ser aplicada na solução de um problema cotidianamente enfrentado pelos profissionais que se dedicam às funções desempenhadas nos arquivos permanentes: que “nome” dar aos documentos? Como designá-los de maneira inequívoca, de modo a formar as séries documentais e distribuí-las entre as classes contextuais que dão corpo ao arranjo?

Se o tipo documental é a “configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 80), sua fixação depende, em primeiro lugar, da identificação da espécie, entendida como “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 46). Para tanto, faz-se necessário reconhecer e caracterizar seus elementos internos e externos, examinando a maneira como eles interagem, tarefa complexa para a qual a diplomática oferece fundamentação indispensável.

Quando entram em cena os recortes de jornal, o desafio que se apresenta, no sentido de estudar a gama de espécies ofuscadas pela denominação genérica, é justamente o de discernir a respeito da extensão da validade dos aportes da diplomática (mesmo tendo em conta a ampliação de seu objeto material nas últimas décadas) e examinar a necessidade de relacioná-los com o saber produzido em outras searas do conhecimento.

### 3.3 Uma diplomática especial

Como bem demonstrou Duranti (1990), empregar a diplomática aos documentos que, originalmente, não fazem parte do escopo de seu objeto material não implica a reinvenção de toda a teoria ou a revolução da prática. Trata-se mais do exercício de avaliar em que medida os referenciais consagrados da disciplina se mantêm válidos e operantes e as situações em que devem ser atualizados ou adaptados em função da natureza específica do objeto que se pretende analisar.

É preciso não perder de vista, no entanto, o fato de que os recortes de jornal estão muito longe daquilo que a diplomática consagrou como seu objeto material, mesmo com as renovações introduzidas por sua vertente contemporânea. Contudo, a produção do conteúdo estampado nos jornais diários está condicionada a uma série de rotinas, normas e padrões que resultam em estruturas textuais identificáveis. Em que pese a condição marginal, para a diplomática, dos documentos cuja linguagem permanece abaixo do limiar da percepção do direito, como observou Geoffrey Yeo (2017), os recortes de jornal não estão assim tão fora do horizonte de aplicação do método diplomático, uma vez que atendem às condições destacadas por Duranti (1989, p. 16, trad. nossa): são “produzidos de acordo com um procedimento, uma rotina ou um hábito e no contexto de uma atividade prática.”

Enquanto a diplomática *geral* se caracteriza como um corpo de conceitos, a diplomática *especial* constitui o ramo de aplicação em que estes conceitos se individualizam, desenvolvem e se esclarecem à luz de casos singulares, concretos, reais e facilmente exemplificáveis (em lugar de uma documentação geral, abstrata e atípica), constituindo, no entendimento de Duranti (1989, p. 9), a real função da crítica documental. Ao privilegiarmos certos documentos derivados de atividade humana específica, com todas as ressalvas que lhes podem ser imputadas, inserimos nosso estudo na seara da chamada diplomática especial, o que demanda duplo esforço de compreensão.

De um lado, é preciso procurar entender como a atividade jornalística se organiza e se desenvolve para identificar as formas de expressão e as peculiaridades de seus produtos (as matérias jornalísticas). Mais que isso, há também que se estudar a própria lógica de composição do jornal, haja vista que nem tudo o que se estampa em suas páginas é conteúdo propriamente “jornalístico”. Por outro, é necessário buscar em outros campos do conhecimento os subsídios necessários para a (re)definição dos elementos típicos da crítica diplomática, num exercício de articulação, transposição e adaptação de conceitos e noções de uma área para a outra.

Em nossa pesquisa, partimos do exame atento do método de análise diplomática, segundo as sistematizações de Duranti (1991), Carucci (1987), Bellotto (2008) e Tognoli (2014), submetendo os conceitos aí implicados ao confronto com a terminologia própria da arquivística, observando pontos de contato e as discrepâncias entre definições propostas pelos dicionários da área [7]. Para compreender a organização da atividade jornalística e as características das manifestações textuais dela resultantes, recorremos a ampla revisão de estudos das áreas das ciências da comunicação e da linguagem [8], bem como aos manuais de redação editados por três grandes jornais diários (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*) e dicionários especializados em jornalismo, comunicação, editoração e gêneros textuais (BAHIA, 2010; COSTA, 2009; NEIVA, 2013; RABAÇA; BARBOSA, 2001).

Pôde-se, então, perceber que as ciências da comunicação e da linguagem utilizam, em muitos casos, os mesmos termos que constituem a terminologia da arquivística e da diplomática, sendo possível, em que pese aos sentidos divergentes que adquirem em cada área, vislumbrar alguma equivalência entre eles.

Quadro 1. *Definições de conceitos e noções segundo a arquivística, a diplomática e as ciências da comunicação*

Conceito/ Noção	Arquivística/ Diplomática	Ciências da comunicação
--------------------	------------------------------	----------------------------

Categoria	Atributo estipulado pelo reconhecimento da gradação da representatividade jurídica do conteúdo dos documentos.	Atributo definido a partir do propósito comunicacional e da natureza estrutural do relato.
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.	Desdobramento do formato, segundo a manifestação de elementos diversos (angulação, conteúdo, estilo, morfologia, natureza, topicalidade).
Forma	Estágio de preparação e de transmissão dos documentos.	
Formato	Configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado.	Instrumento pelo qual os emissores se manifestam e fazem circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas.
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo.	Categoria abrangente, estipulada por um ou mais propósitos comunicativos que resultam em unidades textuais autônomas.
Tipo	Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou.	Modelo assumido pela mensagem de atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática, exibindo singularidades geoculturais ou traços corporativos.

Fonte: Campos (2018, p. 232-233), com base em Camargo e Bellotto (2012), Costa (2008), Melo e Assis (2016) e Melo (2013, 2003).

De forma sintética, o quadro a seguir demonstra a equivalência entre conceitos e noções empregados pelas ciências da comunicação, pela arquivística e pela diplomática.

Quadro 2. *Correspondência entre conceitos e noções da arquivística, da diplomática e das ciências da comunicação*

<b>Ciências da comunicação</b>	<b>Arquivística/Diplomática</b>
--------------------------------	---------------------------------

Formato	Espécie documental
Espécie jornalística / tipo jornalístico	Tipo documental
Gênero	Categoria documental

Fonte: Campos (2018, p. 239).

O cruzamento dos conceitos aplicados nas diferentes áreas do conhecimento permitiu a delimitação e a definição dos elementos que, a despeito de assumirem posição intermediária na forma documental [9], têm importância fundamental para a caracterização tipológica dos recortes de jornal. Contudo, a identificação das espécies documentais depende do reconhecimento de toda uma gama de caracteres que se manifestam “fora” e “dentro” dos documentos, isto é, aquilo a que a diplomática considera elementos externos (ou extrínsecos) e internos (ou intrínsecos).

A manifestação dos elementos externos vai depender, em boa medida, de certos fatores como as circunstâncias da acumulação, as finalidades a que os documentos serviram e os modos como foram utilizados, os hábitos de leitura, as formas e o estágio de organização, além das técnicas de produção do jornal, que determinam o aparecimento de caracteres que concorrem para dotar as unidades textuais de identidade visual por meio de recursos das artes gráficas e da composição tipográfica, da diagramação e das ilustrações, empregados para enriquecer as matérias, delimitar espaços, separar conteúdos e embelezar as páginas.

Já os elementos internos, que respondem pela articulação do conteúdo dos documentos, podem ser percebidos por meio do estudo das técnicas e normas de redação do texto jornalístico. Estão, neste caso, também sujeitos a uma partição típica, segundo preconizam os manuais de jornalismo, que dividem o relato noticioso em três seções: “cabeça” (protocolo inicial), “corpo” (texto) e “pé” (protocolo final) [10].

Quadro 3. *Roteiro de análise do relato jornalístico*

<b>Elementos externos</b>	Material	Suporte Formato
	Composição e diagramação	Leiaute / Formatação Tipografia
	Arte	Destaque Ornamentação gráfica Ilustração
	Espécie/tipo documental	

<b>Elementos intermediários</b>	Categoria documental	
<b>Elementos internos</b>	Cabeça	Titulação Crédito Abertura
	Corpo	Explicação Contextualização Complementação
	Pé	Conclusão Crédito

Fonte: Campos (2018, p. 287).

O roteiro acima, elaborado a partir do cruzamento dos aportes reunidos em estudos de diferentes áreas do conhecimento, permite a análise das diferentes modalidades do relato jornalístico, independentemente do período em que foram produzidos. Variações do estilo jornalístico, que incidem diretamente sobre as fórmulas textuais empregadas na redação, fazem com que nem todos os elementos previstos num modelo de análise “ideal” se manifestem necessariamente ao mesmo tempo no interior dos documentos.

Submetido a validação, por meio de sua aplicação a exemplares redigidos segundo estilos jornalísticos diferentes e dotados de estruturas com variado grau de complexidade, o roteiro mostrou-se eficaz para a identificação das estruturas textuais que compõem os relatos jornalísticos, subsidiando o reconhecimento das características que os dotam de especificidade, contribuindo, assim, para a distinção das diferentes modalidades textuais que preenchem as páginas dos jornais, tornando possível atribuir-lhes um “nome” equivalente à espécie documental.

#### 4 Dando nome aos documentos

Quando fazem parte de um arquivo, os recortes de jornal revestem sentido dotado de especificidade que supera em muito em o conteúdo neles consignado. Ao lado dos demais documentos com os quais convivem, passam a compor um todo orgânico capaz de oferecer um testemunho ou mesmo um reflexo *sui generis* da entidade que os acumulou. Tal constatação, por si só, já justifica o empenho em destinar-lhes tratamento condizente com o que se pratica para os demais documentos de arquivo, tarefa que passa, necessariamente, pela adequada identificação e denominação das espécies e tipos documentais.

Neste sentido, procuramos caracterizar e definir as espécies que podem ser encontradas nos jornais diários.

Para tanto, valemo-nos não apenas da lógica de uma diplomática especial (quadro 3), como também procuramos levantar, na bibliografia da teoria do jornalismo, nos dicionários especializados e nos manuais de redação, os termos que pudessem sugerir os nomes com que os profissionais e estudiosos do jornalismo denominam os produtos de seu trabalho. Estas fontes, contudo, foram capazes de revelar apenas as espécies mais consagradas, além de apontar divergências de compreensão e definição das diferentes modalidades do relato jornalístico e os vocábulos restritos ao jargão dos jornalistas, alguns verdadeiramente curiosos, mas inadequados enquanto espécies documentais.

Assim, numa segunda etapa do trabalho, procedeu-se à revisão de exemplares completos de jornais diários paulistanos publicados entre 1930 e 2000, contemplando também seus eventuais suplementos (agrícola, feminino, infantil e literário), exercício que ampliou consideravelmente o leque de espécies documentais para além dos limites dos textos essencialmente “jornalísticos”. Afinal, o jornal se constitui tanto do relato dos fatos atuais supostamente acreditados como de interesse público quanto de material destinado ao entretenimento e à propaganda.

O esforço deu origem a um glossário ilustrado de espécies documentais composto por 88 verbetes acompanhados de definições autorais, estabelecidas a partir do cotejamento daquelas colhidas em dicionários especializados, manuais de redação jornalística e na literatura das áreas da teoria do jornalismo e das ciências da comunicação, além de dicionários gerais da língua portuguesa e glossários específicos da área da arquivística. Tendo em vista que o glossário se destina aos profissionais de arquivo, a redação das definições levou em conta as especificidades do que fazer arquivístico, comportando, em certos casos, comentários acerca não apenas das fórmulas características de cada espécie e suas variações ao longo do tempo, o que procuramos demonstrar visualmente por meio de ilustrações, mas também a respeito das condições de aplicação no trabalho de descrição documental.

Cumpramos ressaltar que por mais que tenhamos procurado contemplar as especificidades dos produtos e do vocabulário próprio do jornalismo, nossa intenção não foi a de transformar o conhecimento produzido nessa área do saber e da atuação humana, mas utilizá-lo como referencial para elaborar um instrumento capaz de suprir, em alguma medida, as necessidades dos profissionais de arquivo que se dedicam à descrição documental. Por esta razão, tomamos a liberdade de propor, em alguns casos, soluções de simplificação para a denominação de determinadas espécies, notadamente aquelas que, pelas definições próprias do campo jornalístico, só podem ser inequivocamente identificadas quando observadas em função de seu

posicionamento na morfologia do jornal e do relacionamento que estabelecem com os demais conteúdos que as circundam no interior de uma página inteira, algo que muitas vezes se revela impraticável quando o objeto a ser descrito constitui um fragmento recortado. Nestes casos, sugerimos a equivalência em relação a outras espécies mais facilmente reconhecíveis, artifício que, apesar de não ser ideal, tampouco parece ferir a identidade de cada espécie, em que pese às suas diferenças formais, e evita o recurso às denominações genéricas e pouco esclarecedoras ainda tão largamente empregadas.

A pertinência deste tipo de solução, bem como da adoção de termos destinados à descrição coletiva de itens acumulados em função de um mesmo contexto (álbum de recortes, coletânea de..., fortuna crítica e noticiário, por exemplo), deve ser ponderada com base nos vários fatores que condicionam o trabalho nos/com os arquivos, como a premência dos prazos para a conclusão do trabalho, o nível de capacitação da equipe, o perfil do fundo a ser descrito e da instituição que responde por sua custódia.

Vale ter em mente que o desafio de fixar as espécies capazes de designar os recortes de jornal pode ser mais complexo do que se imagina quando se consideram as situações peculiares que podem ser manifestar nos arquivos, mesmo quando se tem à disposição um repertório de espécies previamente definidas em glossário. Uma máxima muito repetida entre os profissionais da área diz que “cada arquivo é único”. De fato, cada fundo se constitui segundo uma lógica própria, derivada dos usos e costumes de seus titulares, que se traduz na maneira como os documentos são reunidos, utilizados e conservados ao longo do tempo, o que pode, em certos casos, influir na compreensão das espécies documentais.

Caso exemplar é o da reunião de recortes em volumes encadernados, expediente que nem sempre confere ao conjunto um sentido especial. No mais das vezes, a opção pelos álbuns ou cadernos se revela apenas uma estratégia de conservação ligada à praticidade na guarda e no manuseio dos documentos, caso em que a descrição de cada item que os compõem se faz imperiosa a bem do discernimento de contextos de produção e de espécies documentais muito diferentes entre si. Mas, cumpre notar, há casos em que os itens reunidos no volume ostentam, sim, uma afinidade contextual, a despeito das diferenças estruturais de cada item, o que confere ao álbum ou caderno de recortes caráter singular, tornando-o unidade de descrição indivisível. Algo também muito comum é encontrar, no arquivo, páginas ou edições inteiras dos jornais, em lugar dos recortes, situação em que será preciso buscar por anotações, grifos e outras marcas indicativas da prática de leitura, bem como confrontar o conteúdo com as atividades e áreas de interesse do titular para inferir se há nisso uma razão específica que determine a unidade a ser descrita.

Escapou às preocupações deste trabalho dar conta das unidades de conteúdo resultantes do “jornalismo digital”. Como todas as esferas da atividade humana, o jornalismo também não está imune às inovações da tecnologia e os jornais, atualmente, vêm investindo na criação de novas formas de composição e difusão de seu conteúdo, o que tem resultado em transformações que incidem sobre a estrutura das matérias jornalísticas. Este movimento será suficiente para revelar novas espécies documentais ou apenas dará outra roupagem àquelas que já conhecemos, conferindo-lhes, assim, um aspecto supostamente inovador? Se hoje ainda lidamos com volumosos conjuntos de recortes, quase sempre em condições precárias de conservação, não demorará a encontrarmos, nos arquivos, os produtos da imprensa diária salvos como atalhos em navegadores de internet, compartilhados em perfis nas redes sociais e em aplicativos de comunicação instantânea ou copiados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento.

Frente ao desafio de compreender as novas feições e extensões dos arquivos (e de dar conta das questões relativas à preservação em longo prazo e à prerrogativa de acesso aos documentos), o compromisso de reconhecer adequadamente as espécies e tipos documentais permanece o mesmo. O que vale ressaltar é que ao profissional de arquivo compete, e competirá sempre, entender a natureza dos documentos sob sua responsabilidade, nomeá-los e enquadrá-los em seu meio genético, perseguindo a trilha que os liga aos seus contextos de produção e acumulação. É neste sentido que os estudos de tipologia documental poderão renovar continuamente seu interesse e sua atualidade.

## Notas

- [1] O CPDOC/FGV, instituição que ainda hoje é referência no tratamento de arquivos pessoais, preconiza em seu manual o descarte de recortes que se apresentem “incompletos” ou sem dados de identificação, como data ou título do jornal (CENTRO..., 1998, p. 22).
- [2] Não cabe, aqui, enveredar pela complexa (e não consensual) discussão a respeito da condição instrumental dos documentos que compõem os arquivos pessoais. Basta reiterar que reconhecemos, na esteira de Camargo (2009) e Camargo e Goulart (2007), que “arquivos pessoais são arquivos”, o que os torna sujeitos aos princípios fundamentais que norteiam a teoria arquivística.
- [3] Exclui-se deste escopo o conteúdo dos Diários Oficiais.
- [4] Empregamos, aqui, o conceito de série documental segundo a definição do *Dicionário de terminologia arquivística*: “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76).
- [5] É o que preconiza o manual de organização de arquivos do CPDOC e o que pode ser observado nos quadros de arranjo dos arquivos sob custódia desta instituição.
- [6] Heinrich von Fichtenau (1912-2000) foi professor da Universidade de Viena e dirigiu, entre 1962 e 1983, o

Institut für Österreichische Geschichtsforschung, centro austríaco de destaque nos estudos diplomáticos. Georges Tessier (1891-1967) e Robert-Henri Bautier (1922-2010) diplomaram-se arquivistas-paleógrafos pela École des Chartes, em Paris, onde lecionaram na cadeira de diplomática, e trabalharam no Arquivo Nacional da França.

- [7] *Dicionário de terminologia arquivística* (2012), *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia* (2008) e *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005).
- [8] Dentre os quais se destacam Bahia (2009), Costa (2008), Fontcuberta (1981), Melo (2006, 2013), Melo e Assis (2016).
- [9] Segundo Bellotto (2008, p. 22), espécie, tipo e categoria documental configuram elementos intermediários da forma documental, posicionados entre os elementos extrínsecos e intrínsecos.
- [10] A identificação e a definição dos elementos externos e internos do relato jornalístico podem ser encontradas em Campos (2018).

## Referências

- ACERVO dos Escritores Mineiros. Universidade Federal de Minas Gerais. **Inventário do acervo Cyro dos Anjos**. Apresenta a descrição do arquivo de Cyro dos Anjos. Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/aem/Inventario\\_cyro/layout\\_cyro.htm](https://www.ufmg.br/aem/Inventario_cyro/layout_cyro.htm)>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- ARQUIVO Público da Cidade de Belo Horizonte. **Inventário do arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna (1876-1952)**. Belo Horizonte: APCBH, 2000.
- BAHIA, J. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BAHIA, J. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BELLOTTO, H.L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- CAMARGO, A.M.A.; BELLOTTO, H.L. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3 ed. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- CAMARGO, A.M.A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul.- dez. 2009.
- CAMARGO, A.M.A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.
- CAMARGO, A.M.A. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 169-174, 1998.
- CAMPOS, J.F.G. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.
- CARUCCI, P. **L'archivística tra diplomatica e informatica**. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2006.
- CARUCCI, P. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- CHABIN, M.A. **Je pense donc j'archive: l'archive dans la société de l'information**. Paris: L'Harmattan, 1999.
- COSTA, L.A. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários de cinco macro-regiões brasileiras**. São Bernardo do Campo, 2008, 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.
- COSTA, S.R. **Dicionário de gêneros textuais**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DELMAS, B. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: IFHC, 2010, p. 125-182.
- DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science (Part V). **Archivaria**, Ottawa, v. 32, p. 6-24, Summer 1991.
- DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science (Part III). **Archivaria**, Ottawa, v. 30, p. 4-20, Summer 1990.
- DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science (Part I). **Archivaria**, Ottawa, v. 28, p. 7-27, Summer 1989.
- FONTCUBERTA, M. **Estructura de la noticia periodística**. 2 ed. Barcelona: ATE, 1981.
- GHIGNOLI, A. Diplomatica. In: GUERRINI, M. (ed.). **Biblioteconomia: guida classificata**. Milano: Editrice Bibliografica, 2007, p. 908-914.
- MELO, J.M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan.- abr. 2016.
- MELO, J.M. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, J.M.; ASSIS, F. (org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013, p. 23-41
- MELO, J.M. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.
- MELO, J.M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MENNE-HARITZ, A. What can be achieved with archives? In: **The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record**, 30-31 May 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998, p. 11-24.
- NEIVA, E. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. São Paulo: Publifolha, 2013.
- OTT, K.; TUCKER, S.; BUCKLER, P. **The scrapbook in American life**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.
- RABAÇA, C.A.; BARBOSA, G.G. **Dicionário de comunicação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

- TOGNOLI, N.B. **A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- TOGNOLI, N.B.; GUIMARÃES, J.A.C. A diplomática contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. **Congresso ISKO-España**, 9, Valencia, 11 a 13 de marzo de 2009, p. 23-35.
- YEO, G. Information, records, and the philosophy of speech acts. In: SMIT, F; GLAUDEMANS, A.; JONKER, R. (ed.). **Archives in liquid times.** 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017, p. 92-118.

# Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa

*Information Literacy and Archival Science: Report of research*

**Renata Lira Furtado (1), Regina Célia Baptista Belluzzo (2), Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (3)**

(1) Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Arquivologia (FAARQ), Campus Guamá, Belém/PA. (2,3) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus Marília, Marília/SP

(1) renatalira@ufpa.br (2) rbelluzzo@gmail.com (3) marcia.pazin@unesp.br

## Resumo

Apresentam-se o percurso e resultados alcançados na pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, intitulada “A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada”. O objetivo geral foi identificar a inserção da temática Competência em Informação no cenário arquivístico, calcada em três pilares da Arquivologia: a produção científica da área, os cursos de formação superior e a atuação profissional do arquivista. O percurso metodológico dividiu-se em três fases: Fase 1 - Sistematização dos temas de pesquisa; Fase 2 - Desenvolvimento do Estudo de caso, dividida em três etapas de acordo com os objetivos propostos: A primeira objetivou identificar a situação da Competência em Informação na produção acadêmico-científica da Arquivologia, a segunda etapa visou identificar a inserção da Competência em Informação na formação em Arquivologia e a terceira etapa visou identificar o papel da Competência em Informação na atuação profissional do arquivista; Fase 3 - Desenvolvimento de subsídios teórico-práticos da Competência em Informação aplicáveis à Arquivologia, cujo produto configurou-se no instrumento “Dimensões Conceituais para inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Arquivista; Competência em informação; Relato de pesquisa.

## Abstract

The course and results achieved in the doctoral research developed in the Post-Graduate Program in Information Science at the State University of São Paulo - Marília Campus, entitled "Information Literacy in the archival scenario: a theoretical-applied contribution." The general objective was to identify the insertion of the subject of Information Literacy in the archival scenario, based on three pillars of the Archival Science: the scientific production of the area, the courses of higher education and the professional performance of the archivist. The methodological course was divided into three phases: Phase 1 - Systematization of research themes; Phase 2 - Development of the Case Study, divided into three stages according to the proposed objectives: The first objective was to identify the situation of Information Literacy in the academic-scientific production of the Archives, the second step was to identify the insertion of the Competence in Information in the training in Archival Science and the third stage aimed to identify the role of Information Literacy in the professional work of the archivist; Phase 3 - Development of theoretical-practical subsidies of the Information Literacy applicable to the Archival Science, whose product was configured in the instrument "Conceptual Dimensions for insertion of Information Literacy in the Brazilian archival scenario".

**Keywords:** Archival Science; Archivist; Information Literacy; Report of research

## 1 Introdução

A Competência em Informação (CoInfo) configura-se como disciplina relevante para a sociedade diante dos avanços tecnológicos, da necessidade do indivíduo de desenvolver habilidades para lidar com a informação: seja para sua autonomia, pelas suas próprias necessidades informacionais ou pelas necessidades do seu meio social, seja pelo seu exercício de cidadania. Essa configuração da CoInfo foi o que despertou a definição do problema que conduziu a pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, intitulada “A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada”, cujos resultados serão apresentados nesse artigo.

Desde seu surgimento nos Estados Unidos na década de 1970, a Competência em informação vem se consolidando na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, dentre outras áreas, inclusive com a participação de órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que, tem promovido ações onde a CoInfo aparece como um fator relevante nos projetos que visam à construção de uma sociedade pluralista, equitativa e participativa, capacitando os cidadãos para tomar decisões críticas e proporcionando aos países sustentabilidade para o desenvolvimento político, econômico e social.

Considerada um movimento mundial, a Competência em Informação transita em qualquer currículo ou formação e se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo